



**RESPONSABILIDADE
E RECIPROCIDADE**

Valores Sociais para uma Economia Sustentável

Responsabilidade socioambiental empresarial: o caso do comitê de sustentabilidade

Ábia Alves dos Santos
Universidade de Lions

Anarely Ferreira Bastos Junqueira
Universidade de Lions

Eliana Francisca de Sousa
Universidade de Lions

Juarez Marcelino da Silva
Universidade de Lions

Rosiane Dias Mota
Universidade de Lions

Wagner Pedro de Morais
Universidade de Lions – wagner@facions.org

Eixo Temático: Gestão e Empreendedorismo no Terceiro Setor

202

Resumo: A atuação empresarial apresentará maior sustentabilidade a partir do momento que estiver interligada à ações culturais e ecológicas e não somente à preocupação econômica. Seguindo essa perspectiva, esta pesquisa estrutura-se em torno do seguinte objetivo: demonstrar um exemplo de produção industrial aliado com a redução de impactos em âmbitos sociais e naturais. Para análise, utiliza-se o estudo de caso, o Comitê de Sustentabilidade implantado pela Empresa Itambé em Goiânia-Go, formado por representantes da empresa, lideranças de bairros vizinhos, segurança pública e do comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Meia Ponte.

Palavras-chave: responsabilidade socioambiental; terceiro setor; comitê de sustentabilidade ambiental.

Corporate environmental responsibility: the case of the sustainability committee

Abstract: The performance of business will present more sustainable activity from the moment that their actions exceed the economic preoccupation in order to contemplate the cultural and ecological. It was with the objective to demonstrate an example of industrial production coupled with reduced impacts on natural and social environments that structure our present research. Therefore we use as a case study the Sustainability Committee implanted by Itambé Company in Goiânia-Go, composed of company representatives, leaders of neighborhoods, public safety and committee of the watershed of river Meia Ponte.

Keywords: social and environmental responsibility; third sector; environmental sustainability committee.



1 Introdução

A humanidade viveu profundas transformações a partir de meados do século XVIII, momento em que a sociedade europeia passou por uma fase de transição, ou seja, da economia agrícola para a industrial. A partir desse momento iniciou uma maximização do uso e exploração dos recursos naturais e também da própria força do trabalho humano, por meio da exploração da mão de obra do homem pelo homem.

A relação homem-meio se intensificou da mesma forma como se intensificou a relação homem-homem. O principal fio condutor dessas relações foi a questão econômica, uma vez que passou a adquirir grande importância no cotidiano das pessoas, e por vezes em excesso, a partir das relações capitalistas implantadas definitivamente ao longo do século XX.

Esse sistema social, econômico e político estremeceu a base do tripé de uma humanidade com princípios de sustentabilidade: ecológico, econômico e cultural, pois atribuiu muita importância ao econômico. Comprometeu, assim, algumas áreas da natureza, podendo citar pobreza social em diferentes partes do planeta, expondo seres humanos à escassez de alimentos e outros elementos essenciais para sua sobrevivência. Há também a degradação ambiental provocada por políticas econômicas errôneas que privilegiaram um modelo de vida pautado no lucro à custa dos recursos naturais (água, solos, qualidade do ar, fauna etc.).

Essa realidade trouxe consequências desagradáveis para todo o complexo bioma global, acarretando danos à própria espécie humana, que busca se adaptar à nova realidade, planejada a partir de consequências. Nesse novo cenário social, está se desenvolvendo, a partir das últimas décadas do século passado, conhecimentos científicos, técnicos, ações e outros mecanismos que busquem atrelar o desenvolvimento da sociedade à conservação dos recursos naturais. Trata-se, no entanto, de um movimento crescente e envolvente, contando com representantes de todos os agentes da sociedade: cidadãos, poder público em diferentes escalas inclusive global (Organização das Nações Unidas) e empresas de diferentes atuações e abrangências.

Referindo-se à atuação empresarial tem ganhado destaque na atualidade as discussões em torno da Responsabilidade Socioambiental Empresarial, a qual se apresenta como resultado de um longo processo evolutivo do ramo industrial. Essa concepção situa sua base



RESPONSABILIDADE E RECIPROCIDADE

Valores Sociais para uma Economia Sustentável

conceitual principalmente nas discussões realizadas a partir da Revolução Industrial, momento em que o processo industrial passou a interferir diretamente na vida do trabalhador das indústrias. Esse período foi marcado pela atuação humana em longas jornadas de trabalho e exploração de mão-de-obra infantil. Hoje se percebe diversas conquistas trabalhistas, mas ainda há explorações diversas no cenário produtivo, como baixa remuneração do trabalhador, exclusão de uma parte significativa da população do mercado de trabalho, medido pelos índices de desemprego, além de outros problemas sociais.

Nas últimas décadas, está ocorrendo um movimento de reconhecimento das necessidades sociais, tanto por parte das empresas como por outros segmentos sociais, o que nos leva a refletir sobre as ideias defendidas por Santos (2004, p.159):

... o que agora estamos assistindo em toda parte é uma tendência à dissolução dessas ideologias [referindo-se à globalização], no confronto com a experiência vivida dos povos e dos indivíduos. O próprio credo financeiro, visto pelas lentes dos sistemas econômicos a que deu origem, ou examinado isoladamente, em cada país, aparece menos aceitável e, a partir de sua contestação, outros elementos da ideologia do pensamento único perdem força (SANTOS, 2004, p. 159).

Seguinte esse pensamento, Santos conclui sua obra afirmando a existência de uma outra globalização com maior valorização à vida coletiva e solidária. Assim, percebe-se que isso implica também na necessidade de compreender a atuação empresarial como desenvolvimento assentado em políticas e ações direcionadas também para as questões ambientais e sociais.

Sugiro reler a introdução e inserir de forma clara o objetivo do trabalho, tal como está no resumo.

2 Terceiro Setor

A preocupação das empresas em obter crescimento econômico, competitividade e ainda investir em projetos que possam trazer resultados concretos para a população local e que tenham possibilidade de sustentabilidade e crescimento dos lucros, as conduziu à descoberta de ações de responsabilidade social, as quais estão inseridas no terceiro setor, definido como:



RESPONSABILIDADE E RECIPROCIDADE

Valores Sociais para uma Economia Sustentável

Espaço institucional que abriga ações de caráter privado, associativo e voluntarista que são voltados para a geração de bens de consumo coletivo, sem que aja qualquer tipo de apropriação particular de excedentes econômicos que sejam gerados nesse processo (FARAH, 2005, p. 286).

Para ampliar essa ideia conceitual, ressalta-se a existência do Primeiro Setor, relacionado a todas as atividades do Estado existentes para atendimento do coletivo a ele jurisdicionado. Há também o Segundo Setor acampando as atividades originadas na iniciativa particular com o objetivo de gerar lucros (ALBUQUERQUE, 2006; RODRIGUES, 2005).

3 A Filantropia Empresarial rumo à responsabilidade social

Tanto a ética quanto a responsabilidade social tratam-se do respeito pelo indivíduo pelo ambiente natural e pela continuação da vida no planeta. Com as mudanças climáticas e organizacionais, as empresas passaram a se envolver em projetos sociais, os quais juntamente com qualidade, preços, *marketing* e tecnologia se constituíram em diferenciais na competitividade empresarial.

Para alcançar essa consciência, surgiram estímulos para se trabalhar a responsabilidade social, ou seja, através do desenvolvimento de diversos programas sociais que estão dando certo e são exemplos para a sociedade. Dessa forma, as empresas se ingressam no arcabouço teórico de Cidadania Empresarial, definido como:

É um conceito que vem sendo adotado por parte do empresariado que discorda da filosofia de benemerência, da doação de recursos com o objetivo da prática do humanitarismo. Ao contrário, esse empresariado entende que possui, como qualquer segmento da sociedade cível, uma responsabilidade cidadã diante do agravamento do quadro de miséria do país. A empresa cidadã é aquela que se insere na comunidade, investindo recursos próprios, com o cuidado de monitorar o seu investimento, acompanhando projetos que possam trazer resultados concretos para a população local e que tenham possibilidade de auto-sustentabilidade e multiplicação. (RICO, 2005, p. 77).

Como sinônimo para as ideias de Rico, há o termo filantropia empresarial, que destaca a continuidade nas ações de assistência socioambiental. Pois, se ocorrerem de forma esporádicas ou mesmo uma doação para simplesmente melhorar a imagem da empresa, também serão socialmente válidas como filantropia, visto que a ação foi realizada de forma pontual ou isolada.



4 Responsabilidade Social - ISO 26000

A atuação de empresas e também de outros segmentos do primeiro e segundo setor devem ocorrer perante uma organização ou padronização de caráter global e, até o presente momento, há destaque para a atuação da Organização Internacional de Normalização (*International Organization for Standardization*) – ISO.

Essa organização é responsável pela normalização (ou normatização) em nível mundial. Ela cria normas nos mais diferentes segmentos, variando de normas e especificações de produtos, matérias-primas em todas as áreas (existem normas, por exemplo, para classificação de hotéis, café, usinas nucleares, etc.). A ISO, que ficou popularizada, foi criada em 1987, sendo a série 9000, que trata de Sistemas para Gestão e Garantia da Qualidade nas empresas. Há além da ISO 9000, que era uma espécie de guia, a ISO 9001, 9002 e 9003. A ABNT, três anos após a criação da ISO, emitiu a primeira versão (tradução) da série no Brasil e foi “batizada” com o nome de série NBR 19000 (OLIVEIRA, 2011).

Depois da Gestão da Qualidade (série ISO 9000) e da Gestão Ambiental (série ISO 14000), a Organização Internacional para Padronização tem destacado o tema responsabilidade social, tendo como objetivos a ciência do dever humano (ética) e abordando também o desenvolvimento sustentado da sociedade (ANICER, 2011). Em decisão histórica, o Brasil e a Suécia, por meio de seus organismos de Normalização, presidiram este grupo de trabalho e, no dia 1º de novembro de 2010, foi publicada a ISO 26000. É um guia de diretrizes que apresenta definições e princípios para a adoção da responsabilidade social por todos os tipos de organizações, envolvendo empresas, governos e ONGs. A responsabilidade social se expressa pelo desejo e pelo propósito das organizações em incorporarem considerações socioambientais aos processos decisórios e a responsabilizar-se pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente. Isso implica um comportamento ético e transparente que contribua para o desenvolvimento sustentável (SGQ, 2011). No Brasil, a Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT é entidade reconhecida como o fórum de normalização.



5 Participação da empresa Itambé no Terceiro Setor

A Itambé nasceu no início da urbanização do Brasil, em 1949, quando o governo estadual entregou aos produtores rurais a Usina Central de Leite em regime de arrendamento localizada em Belo Horizonte, com a denominação de Cooperativa Central de Produtores Rurais de Minas Gerais – CCPR – Itambé. Com o tempo, a Itambé se tornou uma grande cooperativa de leite, com cinco fábricas distribuídas por Goiás, Minas Gerais e São Paulo.

A fábrica em Goiânia foi instalada na porção nordeste da cidade, sendo que atualmente está rodeada por vários bairros residenciais. Instalada em 1982, seu início ocorreu mediante os incentivos fiscais oferecidos pelo Governo de Goiás, tinha como objetivo inicial a produção de leite em pó, mas hoje apresenta uma produção diversificada de derivados do leite (ITAMBÉ, 2011).

6 Comitê de Sustentabilidade

A criação do Comitê de Sustentabilidade na Itambé aconteceu a partir de ações desenvolvidas pela comunidade vizinha a essa empresa, principalmente do setor Caiçara em Goiânia. Havia um intenso debate em que a comunidade acusava a empresa de exalar mau cheiro a partir de sua atuação industrial. A partir das reivindicações, a empresa abriu espaço para diálogo com a comunidade, mas já havia uma ação junto ao Ministério Público de Goiás, o qual organizou uma ação jurídica.

Por meio de um Termo de Compromisso, Responsabilidade e Ajustamento de Conduta, ocorrido em 13 de janeiro de 2010, movido pelo Ministério Público do Estado de Goiás, coordenado pelo Núcleo de Defesa do Meio Ambiente de Goiânia, 15ª Promotoria de Justiça definiu a criação do Comitê de Gestão do Entorno, que mais tarde evoluiu para Comitê de Sustentabilidade, popularmente denominado Comitê de Vizinhança. Conta com membros da Itambé e um representante de cada bairro ou unidade habitacional vizinha à fábrica: Condomínio Metrôpoles, Bairro Caiçara, Bairro Santo Hilário, Jardim Novo Mundo, o presidente da Bacia Hidrográfica do Rio Meia Ponte, e Conselho de Segurança por meio de um membro da Polícia Militar. Os nomes das pessoas representantes ficam a cargo de indicação de cada um desses órgãos.



RESPONSABILIDADE E RECIPROCIDADE

Valores Sociais para uma Economia Sustentável

A partir do Ajuste de Conduta, ficou acordado por todas as partes que a Empresa Itambé deveria realizar o plantio de 500 mudas de árvores nativas da região em ruas e praças dos setores vizinhos; desenvolver uma campanha de conscientização e respeito ao ambiente, a qual foi realizada a partir da doação de 1100 *ecobags*, sendo mil unidades com slogans de patrocinadores como Prefeitura de Goiânia, Itambé e Associação de Moradores do Setor Caiçara, além de mais 100 unidades para serem utilizadas na cooperativa de bordadeiras do Setor Caiçara, aquisição de lixeiras para coleta seletiva a serem instaladas no setor Caiçara, divulgação da coleta seletiva no setor através de edição e divulgação de panfletos e/ou cartilhas. Além disso, a empresa se comprometeu a realizar a construção da sua Estação de Tratamento de Efluentes e purificação da sua chaminé acoplada na caldeira à lenha.

Segundo o Sr. Vanderlei¹, a vida nos bairros vizinhos à empresa Itambé melhorou com implementação desse termo, pois não há mais incômodos por mau cheiro ou poluição sonora. Ele expressou que se sente gratificado por ter participado do processo de melhoria ambiental através das discussões e debates com a empresa. Há também o relato do Sr. Ciro², o qual afirmou que atualmente há respeito ao meio ambiente, expressando ainda que, nas vezes em que houve elevação dos ruídos industriais da empresa, o problema foi resolvido, afirmando ainda que isto somente foi possível devido sua participação no Comitê de Sustentabilidade.

Hoje, a empresa Itambé, unidade Goiânia, além de desempenhar o papel de responsabilidade socioambiental nas proximidades de sua localização, também possui um ambiente de preocupação com o seu ambiente interno, pois é possível visualizar faixas de pedestres nas vias internas, informes sobre área específicas para fumantes, orientações quanto ao destino do lixo, onde é feito a coleta seletiva para posterior destino à reciclagem, além de possuir um departamento de Gestão Ambiental, responsável por esses resultados. Essas e outras ações contribuíram para que a empresa recebesse premiações na área socioambiental, como o reconhecimento da Revista Época, da Editora Globo, que considerou a Itambé como uma das 21 empresas Líderes em Mudança Climáticas no Brasil. A empresa também ganhou o Prêmio Goiás de Gestão Ambiental, no ano de 2010.

¹ Vanderlei Azevedo Gomes: presidente da Associação de Moradores do Setor Caiçara. Informação obtida através de entrevista realizada no dia 27/09/2011 na sede da Associação de Moradores.

² Sr. Ciro: síndico do Condomínio Metrôpoles, localizado ao lado da Empresa Itambé. Informação obtida através de entrevista realizada no dia 26/09/2011 na administração do condomínio.



7 Considerações Finais

As áreas com atividades industriais mais intensas estão sujeitas a significativos impactos negativos no meio social e ambiental, fato esse expressivo no Brasil a partir da segunda metade do século XX. Até os dias atuais, essa realidade é presente, mas nas últimas décadas é possível observar diferentes atuações de pessoas e, principalmente, de empresas em busca do desenvolvimento de ações respeitadas ao meio socioambiental, ampliando a lista de atuações positivas no Terceiro Setor.

Diante do crescimento desse setor, surgiu através da ISO, a criação da ISO 26000, a qual teve uma participação expressiva do Brasil no seu processo de elaboração. Ela surgiu para padronizar as nuances de trabalhos com origens diversas na área de responsabilidade socioambiental, inclusive as ações de empresas, mas ainda é recente para visualizar resultados a partir de suas determinações.

A organização do Terceiro Setor facilita os trabalhos de organizações em prol da responsabilidade socioambiental, como é o caso do Comitê de Responsabilidade, criado pela empresa Itambé, juntamente com pessoas representantes de bairros vizinhos, pois mesmo partindo de organização comunitária, passando pelas determinações da justiça, houve um reconhecimento da causa por parte da empresa; tanto que apoiou a qualidade de vida em sua circunvizinhança, fez adaptações em sua infraestrutura produtiva para não emitir poluentes no ar e nas águas do Rio Meia Ponte. Agora a luta é pela manutenção e ampliação dessas conquistas, principalmente do diálogo para resolver possíveis problemas diante do desenvolvimento social, ambiental e industrial.

Referências

ALBUQUERQUE, Antonio Carlos Carneiro de. **Terceiro Setor**: história e gestão de organizações. São Paulo: Summus, 2006.

ANICER, Associação Nacional da Indústria Cerâmica. Disponível em http://www.anicer.com.br/index.asp?pg=institucional_direita.asp&secao=10&id=131&revista=2WA004509087EWRTXLZ873BDG28. Acesso em: 06 set. 2011.

FARAH, Osvaldo Elias. Empreendedorismo estratégico no Terceiro Setor: experiências e parcerias em diferentes segmentos de atuação. In: CAVALCANTI, Marly (Org.). Gestão social, estratégias e parcerias: redescobrimo a essência da administração brasileira de comunidades para o terceiro setor. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 285-307.



RESPONSABILIDADE E RECIPROCIDADE

Valores Sociais para uma Economia Sustentável

ITAMBÉ. Disponível em: <http://www.itambe.com.br/pagina/1210/historico.aspx>. Acesso em: 27 set. 2011.

OLIVEIRA, Marcelo Fabiano N. **Disposições sobre a ISO 9000**. Disponível em: <http://www.dcc.ufrj.br/~schneide/es/2002/1/g16/iso9000.html>. Acesso em: 06 set. 2011.

RICO, Elizabeth de Melo. A filantropia empresarial e sua inserção no Terceiro Setor. In: CAVALCANTI, Marly (Org.). *Gestão social, estratégias e parcerias: redescobrimo a essência da administração brasileira de comunidades para o terceiro setor*. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 75-92.

RODRIGUES, Maria C. Perez. O marketing e o Terceiro Setor: contribuições recíprocas. In: CAVALCANTI, Marly (Org.). **Gestão social, estratégias e parcerias: redescobrimo a essência da administração brasileira de comunidades para o terceiro setor**. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 219-232.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SGQ, Consultoria e Treinamento Empresarial. Disponível em: <http://www.iso9000.com.br/basicas.htm>, Acesso em: 24 ago. 2011.